

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEU COMPLIANCE PARA EMPRESAS PRIVADAS

THE BRAZILIAN GENERAL DATA PROTECTION LAW AND ITS COMPLIANCE GROUNDS FOR PRIVATE COMPANIES

MARCO ANTONIO KARAM SILVEIRA

Doutor e Mestre em Direito pela UFRGS. Procurador da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento de Direito Privado e Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
marco.karam@hotmail.com

Recebido em: 08.01.2020
Aprovado em: 22.02.2021

ÁREAS DO DIREITO: Comercial/Empresarial; Constitucional; Digital; Civil

RESUMO: O presente artigo relaciona dois relevantes temas atuais: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018 – LGPD) e *compliance*. A LGPD previu em alguns de seus dispositivos a elaboração de programa de conformidade com descrição dos processos de tratamento de dados pessoais geradores de riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais e que contenham medidas de inibição ou prevenção da ocorrência de dano e de sua mitigação. A previsão normativa da LGPD indica o programa de conformidade como técnica apropriada de orientação ao cumprimento da tutela da privacidade e dos direitos fundamentais da pessoa natural pelo adequado tratamento de seus dados pessoais pelas pessoas jurídicas em geral, apontando necessário exame do conteúdo e aplicação da LGPD pelo programa de conformidade nas empresas privadas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de Empresa – Lei Geral de Proteção de Dados – Liberdade. Privacidade – *Compliance*.

ABSTRACT: This article encompasses two current relevant topics: the Brazilian General Data Protection Law (Act 13,709/2018 – LGPD) and matters of compliance. The Brazilian Data Protection Act has established, in some of its provisions, a compliance program that outlines how to handle personal and sensible data which might poses risks to the civil freedom and fundamental rights. It also established measures to hinder or prevent damage. The LGPD regulatory provisions indicate that compliance programs are an appropriate technique to guide the enforcement of privacy protection and fundamental rights of persons, by means of adequate processing of personal data by entities. In this sense, it is necessary to analyze the Act and its application on compliance programs established by private companies.

KEYWORDS: Corporate law – Brazilian General Data Protection Law – Freedom – Privacy – *Compliance*.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Ferreira do. *Economia da informação e do conhecimento*. Coimbra: Almedina, 2009.
- BENVENISTI, E. *The Law of Global Governance*. Hague Academy of International Law [s.l.]. AIL-Pocket, 2014.
- BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção dos dados pessoais: a função e os limites do consentimento*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- CALIESS, Graf-Peter; RENNERT, M. Between law and social norms: the evolution of global governance. *Ratio Juris*, v. 22, n. 2, p. 260-280, 2009.
- CANOTILHO, J.J. Gomes; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz; MENDES, Gilmar Ferreira (Org.). *Comentários à Constituição da Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Catarina Sarmiento e. *Direito da Informática, privacidade e dados pessoais*. Coimbra: Almedina, 2005.
- CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Coord.). *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- EDELMAN, Bernard. L'homme numérique: question d'image. In: L'INSTITUT SUISSE DE DROIT COMPARE, Lausanne, et le DEA en droit, criminalité et sécurité des nouvelles technologies, Université de Lausanne (Org.). *L'individu face aux nouvelles Technologies*. Surveillance, identification et suivi. Schulthess Médias Juridiques SA, Genève – Zurich – Bâle, 2005. n. 51. p. 39-49.
- GUZMAN, Andrew T. International Law: a compliance-based theory. *UC Berkeley Public Law and Legal Theory*. Working Paper Series, Berkeley, CA, Paper n. 47, 2001.
- KARAM-SILVEIRA, Marco Antonio. Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011) – Democracia, República e Transparência no Estado Constitucional. *Revista dos Tribunais*, v. 102, n. 927, p. 131-155, jan. 2013.
- KARAM-SILVEIRA, Marco Antonio. Contratos cativos de longa duração: tempo e equilíbrio nas relações contratuais. In: MARQUES, Cláudia Lima (Coord.). *A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: Ed. RT, 2007.
- MAGALHÃES JUNIOR, Danilo Brum de. Gerenciamento de risco, compliance e geração de valor: os compliances programs como ferramenta para mitigação de riscos reputacionais nas empresas. *Revista dos Tribunais*, v. 997, n. 107, p. 575-594, nov. 2018.
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 9 ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Ed. RT, 2019.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

- MIRAGEM, Bruno. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e o Direito do consumidor. *Revista dos Tribunais*, v. 1009, n. 108, p. 173-222, nov. 2019.
- MILLER, Geoffrey P. The compliance function: an overview. *NYU Law and Economics Research Paper*, p. 14-36, nov. 2014.
- ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- PALMA, Maria Fernanda; SILVA DIAS, Augusto; SOUSA MENDES, Paulo (Org.). *Estudos sobre law enforcement, compliance e Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2018.
- RIEFA, Christine; CLAUSEN, Laura. Towards Fairness in Digital Influencer's Marketing Practices. *EuCML – Journal of European Consumer and Market Law*, v. 2, p. 64-74, 2019.
- RODOTÁ, Stefano. *A vida na sociedade de vigilância: a privacidade hoje*. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- SPRATLING, Gary R. The experience and views of the enforcement community. In: *Corporate Crime in America: Strengthening the "good citizen" Corporation*. United States Sentencing Commission (Simpósio), 1995, p. 303-309.
- STUCKE, Maurice. In search of effective ethics & compliance programs. *The Journal of Corporation Law – University of Tennessee*, v. 39, n. 4, p. 769-832, dez. 2013.



PESQUISAS DO EDITORIAL



ÁREAS DO DIREITO: Comercial/Empresarial; Constitucional; Digital; Civil

Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- A proteção dos dados sensíveis no ordenamento jurídico brasileiro de Graziela Harff e Marcelo Duque – *RDCC* 29/57-88;
- A responsabilidade civil do administrador de sociedade empresária pela implementação de programa de *compliance* de proteção de dados "de fachada", de Aline França Campos – *RT* 1037/123-140; e
- As implicações da lei geral de proteção de dados nas investigações internas dos programas de *compliance*, de Thiago Maluf e Murilo Sapia Garcia – *RDTec* 13/2021.